

EMBAIXADA DO BRASIL NO CAIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RUY AMARAL

Transmito síntese do relatório de minha gestão na embaixada no Cairo, no período de 02/2015 a 03/2019.

CONTEXTO POLÍTICO INTERNO

1. O período de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil no Cairo, onde cheguei em fevereiro de 2015, coincidiu grosso modo com o primeiro mandato do presidente Abdel Fattah El-Sisi, iniciado em 8/6/2014, e com o princípio do segundo, que começou em 2/6/2018, e, por conseguinte, com o processo de normalização pós-revolução de 2011, com o reforço da influência das forças armadas, e de recuperação do prestígio do Egito como ator de relevo nos planos internacional e regional. Sua política foi marcada pela restauração do status quo pré-revolucionário, pela guerra contra a Irmandade Muçulmana (IM), o fundamentalismo islamista e o terrorismo, bem como pelas profundas reformas econômicas introduzidas a partir de 2016.

2. Foi com determinação que o governo egípcio empenhou-se em apagar as marcas da “primavera árabe” e do período decorrido entre a queda de Mubarak e a ascensão de Sisi e, ao mesmo tempo, restaurar a ordem precedente. São demonstrativas dessa tendência as discussões ora em curso no parlamento para emendar a constituição de 2014, com vistas a reforçar as competências do Executivo e das Forças Armadas e introduzir dispositivo transitório que permitirá ao PR Sisi permanecer no poder até 2034. Esse processo, contudo, foi caracterizado por importante diferença em comparação com os governos Sadat e Mubarak: a perseguição implacável à Irmandade Muçulmana e ao islamismo político em geral, somente comparável à que teve lugar durante os anos Nasser.

3. Após a chegada de Sisi ao governo, a IM foi declarada grupo terrorista, todos os seus bens expropriados e as lideranças que permaneceram no país, encarceradas. Na virulenta retórica adotada pelo governo egípcio, necessária, sobretudo nos anos iniciais após a queda de Morsi, a Irmandade passou a ser considerada como ameaça ao Estado egípcio, equiparada à representada por grupos terroristas radicais como a Al-Qaida ou o autoproclamando “estado islâmico”. Trata-se, a meu ver, de um exagero. Embora alguns membros da IM, a título individual, possam recorrer à violência, não me parece razoável colocar a IM no mesmo patamar da Al-Qaida ou do Daesh. Isso não implica que, num movimento brusco, a confraria não possa retomar o uso da violência como forma de combater os “infiéis”, política que está no cerne de sua ideologia. Embora os métodos utilizados nas últimas décadas pela Irmandade Muçulmana no Egito hajam sido distintos daqueles dos movimentos jihadistas, no plano das ideias as diferenças não são grandes. Afinal, não se pode esquecer que Ayman Al-Zawahiri, sucessor de Bin Laden, é um egresso da confraria e que Sayyid Qtub, principal ideólogo da Al-Qaida, foi guia-supremo da IM e é um de seus principais teóricos.

4. Embora seja difícil estimar o apoio de que a IM desfruta no momento, pode-se supor uma acentuada redução em sua influência na sociedade egípcia, sobretudo porque, ao haver sido

despojada da rede de instituições que usava para fazer proselitismo, a IM perdeu seus canais de comunicação com a população. Tal tendência não implica, necessariamente, que a sociedade egípcia esteja menos inclinada a apoiar vertentes e partidos políticos de orientação islamista.

5. O terrorismo islâmico é fenômeno com o qual o Egito convive há décadas, que recrudesceu após a deposição de Mohamed Morsi, e é considerado a maior ameaça do país, a ser combatida de todas as formas. Em que pese os esforços do governo e a grande mobilização militar no contexto da campanha “Sinai 2018” - ofensiva que envolve 60.000 efetivos das forças armadas e 52.000 policiais, com o objetivo de “erradicar o terrorismo” no país-, persistem incidentes terroristas, direcionados quase sempre contra as forças de segurança, sobretudo na província do Norte do Sinai. Hoje, ademais de grupos de menor importância que operam no país, a principal ameaça vem do grupo atuante no norte da península do Sinai, batizado de “Wilayat Sinai” (Província do Sinai), o qual declarou fidelidade ao autoproclamado “estado islâmico” em 11/2014.

6. Registraram-se, durante o período de minha gestão no posto, atentados terroristas de alta intensidade contra membros do governo, forças de segurança e fiéis cristãos e muçulmanos sufistas, bem como a turistas, com repercussões amplamente negativas para a imagem internacional do Egito. Dentre esses, destaco: assassinato do procurador-geral do Egito no Cairo, em 06/2015; confrontos seguidos de ocupação durante horas, pelos terroristas, da cidade de Sheikh Zuweid no Norte do Sinai, em 07/2015; derrubada do voo russo Metrojet 9268 no Sinai, em 10/2015 (224 mortos); ataque à Igreja Botroseya, no Cairo, em 12/2016 (29 mortos); ataques a bomba à Igreja de São Jorge (Tanta) e à Catedral São Marcos (Alexandria) em 04/2017 (45 mortos); ataque a ônibus de peregrinos cristãos em Minya, em 05/2017 (28 mortos); e o particularmente traumático atentado à mesquita sufista de Al-Rawda, no Norte do Sinai, em 11/2017 (305 mortos). Não se pode deixar de reconhecer que a situação securitária do país experimentou notáveis progressos nos últimos dois anos, que se traduzem no robusto crescimento do turismo, mas é fato que os grupos terroristas em geral, e sobretudo o “Wilayt Sinai”, embora debilitados, não estão extintos.

7. A ameaça do terrorismo, bem como os esforços para consolidar a estabilidade política e econômica do Egito no período pós-revolucionário, embasam a narrativa de que o país estaria passando por “período de transição”, o que justificaria a adoção de medidas repressivas e mesmo violações de direitos humanos. Em 04/2018, o PR Sisi foi reeleito para segundo mandato (2018-2022), com 97% dos votos e taxa de comparecimento de 41%. Nos meios internacionais, o processo foi alvo de críticas, sobretudo após a desistência e a desqualificação das pré-candidaturas de diversos opositores: Khaled Ali, Mohamed Anwar Sadat e a dos generais Sami Anan e Ahmed Shafik.

8. Com a recondução de Sisi ao poder em 2018, a consolidação do regime tem-se dado juntamente com a crescente influência das forças armadas, o fortalecimento do aparelho repressivo e o combate à oposição política, não apenas islamista, mas também a qualquer força que pretenda desafiar o projeto de modernização em curso. O país segue em estado de emergência, foi aprovada controversa lei que concede imunidade a altos oficiais e têm sido limitados o direito de associação, a liberdade de expressão e a atuação das ONGs. Há também alegações, por parte de organizações de proteção aos direitos humanos, de que são altos os números de pessoas presas por motivo político (40.000) e de civis julgados em tribunais militares (7.000). Tais números, entretanto, devem ser lidos com cautela, pois não foram divulgados juntamente com o método de cálculo.

9. Nesse contexto, e por receio de diversas forças políticas e sociais de que maior abertura democrática possa reconduzir os islamistas ao poder ou pôr em risco as necessárias reformas econômicas, está em curso proposta de emenda à constituição de 2014. O pacote de emendas prevê, entre outras medidas, (1) a reinstituição do Senado; (2) ampliação dos poderes presidenciais na nomeação dos chefes de tribunais superiores e do procurador-geral; (3) flexibilização das condições para julgamento de civis em tribunais militares; e (4) inclusão, entre as funções constitucionais das forças armadas, da “preservação dos elementos essenciais do Estado e de seu caráter civil (não religioso)”. Em particular, prevê a extensão do mandato presidencial de quatro para seis anos, bem como a inclusão de dispositivo que permitiria ao “atual Presidente da República candidatar-se a nova reeleição”, dando, portanto, amparo legal à permanência do PR Sisi no poder até 2034. A proposta está sendo tramitada, em caráter de urgência, no parlamento e será submetida a referendo popular em futuro próximo.

10. Tendo em conta a ativa campanha junto à opinião pública para apresentar a reforma constitucional sob uma perspectiva positiva, não se anteveem obstáculos à aprovação das emendas constitucionais. Ao ampliar o mandato e o rol de atribuições do presidente da República, bem como reforçar as funções das forças armadas como protetoras da constituição e do regime, as emendas contribuem para formalizar maior concentração de poderes no Executivo e no estamento militar, confirmando tendência observada desde a ascensão do PR Sisi.

POLÍTICA EXTERNA

11. A política externa do governo Sisi tem-se caracterizado pela busca persistente de restauração do prestígio internacional do Egito, uma vez superada a instabilidade dos anos revolucionários, o que implica reposicionamentos na geopolítica do Oriente Médio, manutenção de relações privilegiadas com tradicionais aliados ocidentais (EUA e Europa), além da busca por diversificação de parcerias e aproximação com economias emergentes. Subjaz, nesse contexto, a visão de que o país, por sua história, pelo peso de suas instituições, pela dimensão de sua população (100 milhões) e de suas forças armadas (450 mil), pela posição geográfica estratégica e pela posse do Canal de Suez (por onde passam 8% do comércio mundial), tem reservado lugar proeminente no concerto das nações. Ademais, a estabilização econômica e securitária do país promovida por Sisi, associada a intensos esforços de diplomacia presidencial, tem possibilitado maior protagonismo do Egito no encaminhamento de crises regionais.

12. As prioridades da política externa do Egito concentram-se na gestão das crises em suas fronteiras. Na medida em que põe em risco a própria segurança do território egípcio, por compartilhar fronteira altamente porosa de 1.100km, a Líbia constitui tema de prioridade máxima para o Egito. A estratégia do país no acompanhamento da crise líbia pauta-se pela contenção da influência islamista, o que leva o Cairo a apoiar, com discrição, o general Khalifa Haftar e seu "exército nacional líbio" (ENL), vistos como capazes de reprimir o terrorismo e o islamismo político no país vizinho. Oficialmente, o Cairo reconhece o Governo do Acordo Nacional (GAN), instalado em Trípoli, e apoia os esforços das Nações Unidas.

13. Com a retomada, em 2017, sob os auspícios da ONU, das negociações entre as partes em conflito, visando à formação de novo arranjo político em substituição ao GAN, o Egito passou

participar ativamente do processo de reconciliação das facções militares do país vizinho, com vistas a fortalecer o ENL, promover a unificação das forças armadas e de segurança líbias, bem como a realização de eleições o mais rapidamente possível.

14. As posições do Egito sobre a questão palestina não sofreram, em linhas gerais, alteração substantiva nos diferentes governos egípcios. O Cairo defende o respeito às resoluções das ONU e ao consenso internacional na matéria, bem como a criação de Estado Palestino com Jerusalém Oriental como sua capital, com base nas fronteiras de 1967. O país vê a resolução da questão palestina como elemento crucial para a estabilidade regional e a redução do extremismo. Com a progressiva recuperação de seu status regional, o Egito vê-se em melhores condições de apresentar-se como defensor da causa palestina no âmbito internacional. Nesse sentido, o Egito condenou duramente o reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel e a transferência para a cidade de sua embaixada.

15. O relacionamento com o Hamas, visto como braço palestino da Irmandade Muçulmana, sofreu profunda alteração durante o governo Sisi, que, em seu início, em 2015, chegou a declarar o movimento grupo terrorista e a manter a passagem de Rafah fechada de maneira quase permanente, contribuindo sobremaneira para o bloqueio de Gaza. O desenrolar dos acontecimentos fez o governo egípcio mudar de posição, não só por razões internas, ao reconhecer que a cooperação do Hamas era indispensável para debelar o terrorismo no norte do Sinai, mas também pelo temor de que a situação na Faixa fugisse ao controle e transbordasse a fronteira. Sob patrocínio da inteligência egípcia, começou-se a esboçar acordo cujos termos condicionam o alívio do bloqueio a Gaza à aceitação, pelo Hamas, de demandas egípcias em termos de segurança.

16. Em outubro de 2017, como parte de acordo entre o Hamas e o Fatah, negociado no Cairo, o Egito condicionou a abertura de Rafah, única passagem entre o Egito e os territórios palestinos, à transferência de sua administração para a Autoridade Palestina (AP), o que viabilizou sua abertura, de maneira quase permanente, entre 05/2018 e o final do ano passado. A decisão da AP de retirar seus funcionários da fronteira ocasionou o fechamento de Rafah, o que não significa, em absoluto, que o Cairo tenha desistido de desempenhar papel relevante nos esforços de reconciliação intrapalestina e de mediação entre o Hamas e Israel na Faixa de Gaza.

17. Por outro lado, as relações com Israel atravessam fase fluida. A presença de um inimigo comum nas fronteiras entre Egito e Israel, o grupo terrorista “Wilayat Sinai”, propiciou o incremento da cooperação nos campos de defesa e inteligências, a ponto de levar ao abandono, consentido, de uma das disposições do acordo de Camp David: a determinação de que a “Zona C”, extensa faixa de terra na fronteira entre Egito e Israel, fosse área de baixa presença militar e policial. Hoje, contingentes importantes do exército e da força aérea egípcia, com o beneplácito de Israel, movimentam-se na área com armamento pesado e total liberdade de ação. Ademais, as relações comerciais alcançam novo patamar com a assinatura recente de acordo de importação de gás israelense para liquefação no norte do Egito e posterior reexportação.

18. Não obstante, não se prevê qualquer inflexão na política externa egípcia no que tange ao conflito Israel-Palestina, cujo encaminhamento, nas bases internacionalmente aprovadas, continua a representar prioridade absoluta para o Cairo, inclusive por razões de política interna. É arraigado na população egípcia o senso de solidariedade com o povo palestino e de compromisso ideológico

e emocional de resistência contra Israel. A memória das guerras de 1948, 1956, 1967 e 1973 está viva na consciência coletiva do país e um sentimento disseminado de desconfiança e ressentimento para com Israel ainda prevalece.

19. No tocante às outras crises do Oriente Médio, o primeiro mandato de Sisi foi marcado por posições moderadas. Vale recordar que, no contexto pós-Morsi, o eixo da diplomacia egípcia na região deslocou-se da Turquia e do Catar, apoiadores da IM, para a Arábia Saudita e Emirados Árabes, países refratários à ascendência do islamismo político na região e os quais concederam, desde meados de 2013, substancial apoio econômico ao Egito (cerca de US\$ 30 bilhões). Ademais, como parte do processo de recuperação de seu prestígio internacional, o Egito tem buscado instrumentalizar a Liga dos Estados Árabes (LEA), instituição correntemente criticada por sua imobilidade, como forma de manter sua influência na região e renovar suas credenciais como liderança árabe.

20. Quanto ao tratamento da situação na Síria, o Egito defendeu de maneira resoluta a intervenção russa e passou a apoiar o estabelecimento de canal de negociações entre a oposição moderada e o governo sírio, ao arrepio das posições sauditas. O governo Sisi atribuiu sempre grande prioridade à preservação das instituições sírias, sobretudo de suas forças armadas. Ao longo da crise, o país limitou-se a intermediar alguns acordos de desescalada, evitando papel protagonista. Defende a manutenção da integridade territorial do país e nesse sentido condenou o reconhecimento da soberania israelense sobre o Golã ocupado.

21. No contexto de sua forte aliança com os parceiros do Golfo, o Egito tem apoiado iniciativas, como a campanha político-diplomática contra o Catar, que acusa de dar apoio a líderes refugiados da IM egípcia e de financiar o radicalismo islamista na região. No Iêmen, participa da coalizão para restabelecer o governo de Abd Rabbuh Hadi, mas de forma discreta. A participação egípcia no conflito limita-se ao envio de parte da marinha para a proteção do estreito de Bab El Mandeb, ponto de acesso do Oceano Índico ao Mar Vermelho, sem que tenha havido engajamento militar.

22. Outro eixo relevante da atuação internacional egípcia são as relações com os países africanos. O Egito ocupa, em 2019, a presidência “pro tempore” da União Africana (UA), fato que vem reforçar processo de reaproximação com a África, iniciado no primeiro mandato do PR Sisi em 2014, e que reverteu décadas de atuação diplomática nas quais o Cairo distanciou-se do continente para privilegiar suas relações com o Mundo Árabe e o Ocidente.

23. A política de reaproximação e promoção da integração continental é bem demonstrada não apenas pela presença do PR Sisi em reuniões de cúpula da UA, por visitas presidenciais e pela organização de fóruns africanos no Egito, mas também pelo frequente envio, a áreas do continente afetadas por catástrofes naturais e conflitos armados, de missões médicas, assistência humanitária e tropas em operações de paz. No campo econômico, o Egito, com considerável base industrial e infraestrutura robusta, sobretudo no setor energético, é considerado uma das economias mais bem posicionadas para beneficiar-se da integração comercial na África e a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA).

24. Tema de particular relevo para a política externa do Egito é a construção da Represa da Grande Renascença Etíope (GERD), no Nilo Azul, tributário de cerca de 80% das águas do Grande Nilo.

A atuação do Cairo na questão visa à manutenção de sua cota histórica de 55 bilhões de m³ de água por ano, baseada em acordo de 1959, assinado entre o Egito e o Sudão, bem como à obtenção de garantias de que o ritmo de preenchimento da represa se dará de forma segura, de modo a evitar quaisquer danos econômicos, sociais e ambientais ao país. A Etiópia, que reconhece a legitimidade das preocupações egípcias, alega, por sua vez, seu direito ao desenvolvimento (mais de 60% da população etíope não possui acesso à energia elétrica).

25. Em 2015, Egito, Etiópia e Sudão assinaram declaração de princípios para alcançar acordo sobre o prazo de preenchimento do reservatório e o método de operação da represa, a partir de relatório técnico a ser elaborado por consultoria independente. O acordo, no entanto, nunca chegou a ser implementado, gerando grave fricção nas relações entre os dois países. A chegada do PM Ahmed Abiy ao poder na Etiópia contribuiu para imprimir dinâmica positiva às negociações, sobretudo após seu anúncio, em visita ao Cairo, de que a Etiópia respeitará a quota egípcia. Outras questões técnicas e, principalmente, a definição sobre o prazo de preenchimento da represa, cerne das preocupações egípcias, seguem inconclusas.

26. Em suas relações com os sócios tracionais do Ocidente, o Egito tem buscado consolidar-se como parceiro estratégico na manutenção da estabilidade regional, no combate ao terrorismo e no controle migratório, o que contribui para contrabalançar preocupações com a situação dos direitos humanos e o déficit democrático no país.

27. As relações do governo Sisi com os Estados Unidos foram marcadas, durante a administração Obama, por relativo esfriamento. A suspensão, em 2013, da tradicional ajuda militar norte-americana de mais de um bilhão de dólares ao Egito, em protesto pela ruptura institucional e pela dura repressão a grupos de oposição, teve grande repercussão para a política exterior do Egito. O distanciamento norte-americano contribuiu para o abandono da política de relativo alinhamento à política dos EUA, característica dos anos Mubarak. Nesse quadro, tem sido buscada maior aproximação de países como França, Rússia e Alemanha e China, que se transformaram em expressivos fornecedores de equipamentos militares ao país.

28. Desde a chegada de Trump à presidência, as relações bilaterais experimentaram sensível melhora. Os dois presidentes mantiveram, à margem da abertura da 73^a AGNU, seu quinto encontro, ocasião em que o mandatário americano elogiou as reformas econômicas empreendidas pelo Egito, bem como seu sucesso na luta contra o terrorismo. Parcela da ajuda militar congelada em 2017 (US\$ 290 milhões), por “falta de progressos na área de direitos humanos”, foi liberada em julho de 2018, pondo fim a ponto de atrito nas relações bilaterais.

29. Em que pese a persistência de divergências em questões regionais, como o firme apoio egípcio à intervenção russa na Síria e a reação egípcia à transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém, o Egito tem sido bem sucedido em minimizar as preocupações dos EUA com questões como direitos humanos, ao apresentar-se como parceiro estratégico, forte aliado no combate ao extremismo islamista e garantidor das relações pacíficas com Israel. Os EUA celebraram a decisão do PR Sisi de emendar a legislação egípcia sobre organizações não-governamentais, que impunha rígidas restrições à atuação de organizações estadunidenses neste país. O processo de revisão legislativa parece pretender apaziguar o persistente sentimento de desconfiança, no congresso dos EUA, com o governo Sisi nesta e em outras questões.

30. A União Europeia (UE), por sua vez, constitui o principal parceiro comercial do Egito (cerca de US\$ 25 bilhões) e uma das principais origens de investimentos diretos no país, sobretudo do Reino Unido (US\$ 27 bilhões). A Alemanha, além de expressivo fornecedor de produtos de defesa, participa de grandes projetos, como a gigantesca usina movida a energia eólica e gás, construída pela Siemens, cujos custos montam a US\$ 8 bilhões. Os investimentos italianos cresceram substancialmente com a descoberta pela ENI, em 2015, do campo de gás Zohr, no Mediterrâneo. A UE financia, com fundos comunitários, cerca de 250 projetos no Egito, que montam a 1,25 bilhão de euros, valor que se multiplica se somado aos projetos individuais dos países membros.

31. A UE está profundamente comprometida com a estabilidade do Egito, considerada parte da segurança nacional europeia, não só pelo Canal de Suez, por onde transita parte substancial de sua energia, mas principalmente por questões migratórias. Os líderes europeus elogiam o êxito egípcio no controle do tráfico de pessoas e da imigração irregular, reduzido a zero desde 2017, e que torna o país, na visão da UE, um “modelo de sucesso” na região. Ademais, a postura cooperativa do Egito, que se reflete em sua atuação diplomática e na construtiva participação nos fóruns internacionais sobre questões ambientais e de desenvolvimento, tem reforçado as credências do país como interlocutor confiável dos europeus. Assim, o Egito tem logrado encapsular (senão neutralizar) as sérias preocupações europeias com a situação dos direitos humanos e o déficit democrático do país. Ainda nesse contexto, o Egito sediou, em 02/2019, a I Cúpula UE-LEA, considerada êxito diplomático para o Cairo, servindo não apenas para institucionalizar canais para o fortalecimento da parceria birregional, mas também para reforçar a posição de liderança do Egito e de ator estratégico no relacionamento com os países europeus.

32. O BRICS ocupa importante lugar na estratégia egípcia de diversificação de parcerias externas. Desde a ascensão de Sisi ao poder, registraram-se trocas de visitas de alto nível com todos os membros do grupamento, à exceção do Brasil. O Egito participou, no âmbito do diálogo expandido do bloco, da 9ª Cúpula dos BRICS organizada pela China (Xiamen, 09/2017) e da 10ª Cúpula, organizada pela África do Sul (Joanesburgo, 06/2018).

33. As relações com a Rússia, em particular, experimentaram excepcional aprofundamento. Em poucos anos, o país transformou-se em um dos principais fornecedores de armas do Egito e os dois países assinaram, durante visita de Putin ao Cairo (12/2017), acordo para a construção de usina nuclear, com capacidade de produção de 4.800MW, projeto orçado em US\$30 bilhões. A parceria com a China estreitou-se, igualmente, a partir de 2014, quando foi elevada ao patamar de “estratégica”. Sisi já realizou cinco visitas ao país e Xi Jinping, por sua vez, visitou o Egito em 2016, quando foram assinados 21 acordos em áreas como energia, transporte e infraestrutura, com volume de negócios estimado em US\$ 15 bilhões. A China mantém-se, individualmente, como principal parceiro comercial do Egito desde 2014 (fluxo de US\$ 13,8 bilhões em 2018) e revela-se ator central na estratégia egípcia de converter-se em porta de acesso aos mercados da África, conectando-se à iniciativa “Belt & Road” e tirando proveito do elevado volume do comércio sino-africano (US\$ 170 bilhões).

34. A possibilidade de incorporação do Egito ao BRICS é um desejo longamente manifestado por lideranças políticas e pela elite econômica deste país. A participação do PR Sisi à margem da 9ª Cúpula do BRICS, como parte da iniciativa chinesa BRICS Plus, foi celebrada no Cairo como mais

um passo no sentido de restaurar o prestígio internacional do Egito e interpretada como reconhecimento não somente dos esforços do governo de reformar a economia e atrair investimentos, mas também da importância estratégica do país para o acesso a mercados na África e no Oriente Médio.

CONTEXTO ECONÔMICO

35. Ao cabo do período de instabilidade revolucionária que se seguiu à queda de Mubarak, em 02/2011, e da inepta administração da Irmandade Muçulmana (2012-2013), o Egito só não foi à bancarrota graças à generosa ajuda da Arábia Saudita e de outros países do Golfo, que chegou a cerca de US\$ 30 bilhões. As incertezas derivadas da instabilidade político-institucional traduziram-se em grande fuga de capitais (estrangeiros e locais), bem como em brusca queda nos investimentos diretos estrangeiros (de US\$ 10 bilhões em 2010 para US\$1,2 bilhão em 2011), de rendas do turismo, exportações e reservas em moeda forte. Há quatro anos, quando cheguei ao Cairo, os cortes de energia elétrica eram diários e as indústrias não podiam trabalhar a plena capacidade devido à falta de energia. Empresas brasileiras passaram três anos sem poder repatriar dividendos e até mesmo a embaixada teve grande dificuldade para enviar a renda consular mensal (cerca de US\$ 15 mil), como decorrência da escassez de divisas.

36. Cabe assinalar, porém, que o Egito já vinha de décadas de distorções econômicas, desde as políticas populistas introduzidas por Nasser e mantidas por seus sucessores. São alguns exemplos desse quadro a política da “sharada”, que garantia emprego aos egressos de universidades e resultou em 7 milhões de funcionários públicos, e os subsídios à energia, falsa política social, que pouco beneficiavam os mais necessitados. Nesse cenário, 25% do orçamento eram destinados ao custeio da folha de pagamento do funcionalismo, outros 25% ao dos subsídios e 33% ao serviço da dívida, pouco sobrando para reformas estruturantes de melhora da educação, saúde e infraestrutura.

37. Em 2016, o governo Sisi deu início a um programa de reformas com o objetivo de estimular a economia, melhorar o ambiente de negócios e preparar o terreno para o crescimento. Iniciou negociações com o Banco Mundial (BM) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que concordou em conceder ao Egito empréstimo de US\$ 12 bilhões, ao longo de três anos, para apoiar programa de reformas do governo, destinado a preencher a lacuna orçamentária e reequilibrar os mercados cambiais. O BM, por sua vez, concedeu empréstimo de US\$ 3,15 bilhões.

38. No mesmo ano, o governo introduziu, no âmbito do acordo com o FMI, profundas reformas econômicas, que incluíram: (1) introdução do imposto sobre valor agregado (IVA); (2) nova lei do serviço público, que visa a atenuar a hipertrofia do funcionalismo, cujo custeio da folha de pagamento caiu de 25% do orçamento público para 19% no último exercício fiscal; (3) eliminação gradual dos subsídios à energia, que já baixaram de 6% para 2% do PIB, e deverão ser extintos até 06/2019 (combustíveis fósseis) e 2021 (eletricidade); (4) introdução do sistema de livre flutuação da libra egípcia, que resultou, de imediato, em acentuada desvalorização, mas eliminou o câmbio negro. Desde então, a moeda local tem-se mantido estável.

39. Os resultados, se analisados os indicadores macroeconômicos do país, são muito positivos. FMI e BM têm citado, com frequência, o caso egípcio como exemplo de sucesso. A economia, que crescera 5,3% no último exercício fiscal e deverá crescer, segundo o FMI, 5,6% no atual, que se

encerra em 30/6/2019. O PIB nominal do país (FMI 2017) é de US\$ 332,5 bilhões, PPP-1,2 trilhão (FMI 2017). Em que pesem preocupações com a sustentabilidade do crescimento da economia, puxada, sobretudo, pelos setores de construção civil e exploração de gás, é de notar que a taxa egípcia é a maior de todo o Mundo Árabe. As reservas, que se encontravam no patamar de US\$15 bilhões em 2016, elevam-se hoje a US\$ 44 bilhões. A inflação caiu de 33% em 03/2017 para 14,3% em 02/2019, ao passo que o desemprego caiu de 12,2% para 9,9% no mesmo período.

40. As contas externas do país melhoraram substancialmente. A dívida externa aumentou, mas se mantém no patamar confortável de 36,1% do PIB. O déficit em conta corrente caiu de US\$12,4 bilhões para US\$5,2 bilhões no último ano fiscal, graças a: (1) robusto crescimento do turismo, com 11,3 milhões de turistas estrangeiros em 2018, contra 4,6 milhões em 2016 (ainda aquém dos 14 milhões em 2010, antes da revolução); (2) autossuficiência em gás obtida em 2018; (3) crescimento das exportações, propiciado em grande medida pela desvalorização da libra egípcia; (4) aumento das rendas do Canal de Suez; (5) incremento nas remessas da diáspora egípcia (9,4 milhões de pessoas), que somaram US\$ 26 bilhões no último exercício fiscal.

41. O principal desafio para o equilíbrio das contas nacionais continua a ser o alto déficit público e elevado endividamento em relação ao PIB, mas há de se reconhecer que, também nesse quesito, registraram-se progressos. A dívida decresceu, no último exercício fiscal, de 103,1% para 93,6% do PIB, ao passo que o déficit fiscal caiu de 10,9% para 9,8%, o que corresponde a superávit primário de 0,1%. Prevê-se, para o atual exercício que se encerra em 30/6, superávit primário de 2%.

42. A despeito dos indicadores macroeconômicos, é importante ter presente que a combinação de desvalorização cambial com alta inflação teve efeito devastador sobre a renda e o poder aquisitivo do povo egípcio. Até o momento, a população tem aceitado as privações com resignação, mas não se sabe por quanto tempo. Os representantes do sistema financeiro internacional advertem que a população ainda tardará de dois a três anos para começar a experimentar os benefícios das reformas. Outros elementos, como (1) o elevado crescimento populacional (800.000 jovens adentram o mercado de trabalho a cada ano); (2) a volatilidade dos fluxos globais de capital e do preço do petróleo; (3) o crescente envolvimento de setores militares na economia, gerando distorções que inibem o desenvolvimento do setor privado; e (4) a instabilidade securitária na região são apontados como fatores de risco para a sustentabilidade de condições macroeconômicas favoráveis.

43. Outro desafio apontado para a sustentabilidade da economia egípcia é a atração de investimentos externos, cujos patamares encontram-se aquém do desejado pelo governo. Contudo, apesar de entraves, como o elevado endividamento público, os primeiros sinais de reformas do ambiente empresarial, com a aprovação da nova Lei de Investimentos de 2017 e a implementação de medidas apoiadas pelo FMI, oferecem perspectiva otimista: em 08/2018, a Moody's elevou a nota de crédito do Egito de "estável" para "positiva". Os investimentos estrangeiros e domésticos aumentaram 47% (2017/2018) e o investimento estrangeiro direto (IED), 15%. Em 2017, o Egito foi o principal receptor de IED na África, com US\$ 9,5 bilhões. Um dos setores que mais atrai investimentos atualmente é o da energia, tendo em conta que a localização geográfica egípcia aumenta as vantagens comparativas do país para tornar-se um "hub" energético no Oriente Médio. O campo de Zohr, descoberto pela italiana ENI em 2015, permitiu que o Egito atingisse autossuficiência em gás em 2018.

44. A inserção comercial do Egito é multifacetada, embora o país mantenha déficit comercial estrutural com quase todos os parceiros, o qual, apesar de elevado, vem diminuindo, estabilizando-se em US\$ 37,3 bilhões. Entre os principais exportadores ao Egito, estão China, com 8,6% do total (US\$ 5,406 bilhões) em 2017/2018; Arábia Saudita, com 5,7%; EAU, com 5,2%; Rússia, com 5%; e Estados Unidos e Alemanha, com 4,7%. O Brasil é o 10º maior exportador de produtos ao Egito, com 2,8% do total (US\$ 2,1 bilhões).

45. Os principais destinos das exportações do Egito em 2017/2018 foram a União Europeia (quase 35% do total); os países árabes (23,3% do total) e os países asiáticos (10,3%), sobretudo China e Índia. O Egito exporta sobretudo derivados de petróleo, produtos minerais, produtos químicos, têxteis, fertilizantes nitrogenados, gás natural, tecidos de algodão, produtos médicos, frutos cítricos, arroz e cebola seca e, mais recentemente, cimento, aço e cerâmica.

46. O país integra diversas iniciativas regionais e globais: aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 e também faz parte de uma série de Acordos de Livre-Comércio (ALCs), como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); o “Greater Arab Free Trade Area” (GAFTA); a Parceria UE-Egito; Mediterrâneo Árabe (Egito, Jordânia, Marrocos, e Tunísia); Egito-Turquia; e Egito-EFTA (Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça). Em 2017, entrou em vigor o ALC Mercosul-Egito, assinado em 2010, sobre o qual discorrerei em detalhe a seguir. Além disso, o Egito concluiu vários acordos bilaterais de comércio e tratamento preferencial com outros países árabes. Os laços comerciais com a UE e os países árabes e da África do Norte cresceram nos últimos dez anos em relação à Ásia e aos Estados Unidos. O Egito também assinou o Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA) em 2018, o qual, quando em vigor, criará importante área de livre comércio envolvendo 55 países, com população combinada de mais de 1,2 bilhão de pessoas e PIB total de US\$ 2,5 trilhões. O Egito, como presidente da União Africana em 2019, tem como prioridade agilizar a entrada em vigor do AfCFTA, o que deve concretizar-se nos próximos meses.

RELAÇÕES BILATERAIS

47. As relações Brasil-Egito, estabelecidas em 1924, quando o Brasil abriu uma Legação no Cairo, consolidaram-se a partir da proclamação da República egípcia, em 1952. A influência exercida pelo Egito no Mundo Árabe, onde ocupa posição geográfica central e possui a mais numerosa população (um em cada quatro árabes é egípcio), além do papel de liderança desempenhado junto às nações em desenvolvimento, constituíram fatores de reaproximação entre os dois países.

48. Os primeiros anos do milênio foram marcados por aproximação sem precedentes entre Brasil e Egito, com inúmeras visitas de alto nível nos dois sentidos. O Presidente Lula visitou o país em 2003, primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Egito desde aquelas realizadas por D. Pedro II em 1871 e 1876. O embaixador Celso Amorim, enquanto ministro de estado das Relações Exteriores, fez outras quatro. Esses anos conheceram igualmente crescimento exponencial de nosso comércio bilateral, que passou de US\$ 275 milhões em 2000 para cerca de US\$ 3 bilhões em 2012.

49. Foi nesse período igualmente que começaram a chegar os primeiros investimentos brasileiros ao Egito: inicialmente com duas empresas de Caxias do Sul, Marcopolo e Randon, em 2008, e, em

seguida, com a InterCement, empresa do Grupo Camargo Correia, que produz cerca de 6% do cimento produzido no Egito. Trata-se de ativos de mais de meio bilhão de dólares.

50. Morsi realizou visita ao Brasil em 2013, a primeira de um chefe de Estado egípcio, dois meses antes de sua queda. O rompimento institucional e a dura repressão que se seguiu, com saldo de centenas de mortos, provocou grande esfriamento, por parte do Brasil, nas relações políticas bilaterais. Esse esfriamento das relações políticas foi acompanhado por queda progressiva no fluxo de comércio: nossas exportações caíram de US\$ 2,7 bilhões em 2012 para US\$ 1,7 em 2016, números eloquentes para demonstrar que, em países como o Egito, relações políticas e comércio não estão dissociados.

51. Quando de minha chegada ao posto, em fevereiro de 2015, recebi instruções para atuar no sentido de superar o momento de esfriamento e, sobretudo, tendo em conta a importância do mercado egípcio, principal destino de nossas exportações na África, elevá-las ao tradicional patamar de diálogo e cooperação construtivos. Trouxe comigo carta do então ministro Mauro Vieira convidando o MNE Sameh Shoukri para visitar oficialmente o Brasil.

52. Durante o período de minha gestão, as relações bilaterais foram marcadas pelo diálogo fluido no campo político, bem como pelas perspectivas que se abriram, no plano econômico, com a ratificação do Acordo de Livre Comércio (ALC) MERCOSUL-Egito em 2017. No plano multilateral, ambos os países mantiveram diálogo construtivo e posições convergentes em temas como desenvolvimento, promoção da paz, combate ao terrorismo, G-77, reforma das instituições de governança global, pelo ótimo entendimento em organismos multilaterais e pela tradição de apoios recíprocos a candidaturas. Tendo em conta o caráter multifacetado de sua inserção internacional, o Egito é interlocutor chave do Brasil em questões de paz e segurança no Oriente Médio e na África.

53. Há de se ter em conta que, no contexto de seus esforços para resgatar o prestígio internacional e diversificar parcerias externas no período pós-revolucionário, o Egito passou a ver o Brasil como parceiro privilegiado para a cooperação em diversos âmbitos (meio ambiente, agricultura, saúde, políticas de combate à pobreza, entre outros).

54. Registraram-se, no período, baixo número contatos de alto-nível, que considero pouco condizente com a densidade das relações bilaterais e da parceria comercial. Dentre as visitas e contatos oficiais, destaco a vinda ao Egito do então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller (08/2014), a ida ao Brasil do então ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, por ocasião da 51ª Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (12/2017), os encontros do PR Michel Temer com o PR El-Sisi à margem da 72ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York (09/2017), bem como a visita do secretário-executivo do MAPA, Eumar Novacki (09/2018).

55. O ano de 2017, com a entrada em vigor do ALC MERCOSUL-Egito, que contribuiu para converter o Egito no principal destino das exportações brasileiras para o Mundo Árabe, marcou o início de novo ciclo de aproximação bilateral. Nossas exportações para o Egito experimentaram robusto crescimento de 41%, atingindo US\$ 2,42 bilhões. A realização da V reunião de consultas políticas em 04/2018, após um hiato de sete anos, foi demonstração da busca por dar novo ímpeto

às relações bilaterais, diversificar a pauta comercial e de investimentos, bem como explorar meios de intensificar a cooperação bilateral nas áreas de bioenergia e cooperação técnica. Avaliada de forma amplamente positiva, a reunião foi caracterizada por debates construtivos e espírito de transparência. Acordou-se, na ocasião, realizar consultas políticas anualmente, dar seguimento ao diálogo bilateral por meio de reuniões setoriais e acelerar as tratativas para a assinatura de instrumentos bilaterais.

56. Em 07/2018, o então ministro Aloysio Nunes Ferreira encontrou-se com Sherif Ismail, ex-PM e conselheiro especial do PR Sisi, à margem da 10ª Cúpula dos BRICS, ocasião na qual convidou o chanceler brasileiro a visitar o Egito, entre 8-11/11/2018, à frente de delegação empresarial. A visita, que incluiria audiência com o PR Sisi, encontros com o MNE Sameh Shoukry e com o secretário-geral da LEA, Ahmed Aboul Gheit, além de edição do Fórum Empresarial Brasil-Egito, marcaria a reativação do mecanismo de diálogo estratégico, estabelecido em 2009. Estavam previstas, igualmente, durante a visita, as assinaturas do (1) memorando de entendimento (MdE) sobre fortalecimento da cooperação em bioenergia; (2) novo acordo de cooperação em ciência e tecnologia; e do (3) MdE entre a FUNAG e o “Egyptian Council of Foreign Affairs”, ao passo que se encontravam em estágio avançado de negociação o novo acordo de cooperação técnica; o MdE entre Embrapa e o Centro de Pesquisa Agrícola do Egito (ARC); e o MdE entre a Apex-Brasil e a Autoridade-Geral para Investimentos e Zonas Francas do Egito (GAFI).

57. Três dias antes da visita, em 5/11/2018, a chancelaria egípcia comunicou, por meio de nota, que os encontros do ME com o PR Sisi e seu homólogo egípcio foram adiados, em virtude de “compromissos de caráter emergencial” assumidos pelas altas autoridades egípcias. Nos dias subsequentes, foi considerável a repercussão do tema nos meios de imprensa local, que associaram o adiamento da visita a possíveis mudanças na política brasileira para o Oriente Médio.

58. O adiamento “sine die” da visita ocasionou o cancelamento do Fórum Empresarial Brasil-Egito, além da agenda oficial. Foram mantidas, entretanto, rodada de negócios com representantes de três empresas brasileiras que já se encontravam no Cairo, sediada pela Federação das Câmaras de Comércio Egípcias (FEDCOC), bem como reunião, na Autoridade de Armamento das Forças Armadas egípcias, de delegação brasileira do setor de defesa, que incluiu representante do MD brasileiro. O encontro foi avaliado de forma muito satisfatória, ao propiciar não apenas oportunidade para a apresentação de produtos e marcas brasileiros, mas também o estabelecimento de canais de contato direto com as unidades responsáveis pelas compras governamentais na área de defesa no Egito.

RELAÇÕES COMERCIAIS

59. Em 2018, nossas exportações, embora tenham sofrido retração de 11%, somaram US\$ 2,13 bilhões, mantendo o Egito como o principal destino de nossas exportações no continente africano (26% do total) e no Mundo Árabe, e experimentaram considerável diversificação. A queda no valor das exportações brasileiras, resultado da diminuição das compras egípcias de certos produtos tradicionais (açúcar, frango e milho), foi compensada por importante diversificação da pauta. Os produtos manufaturados, pouco relevantes no passado, constituíram 13% de nossas exportações em 2018. Trata-se de resultado da entrada em vigor, no final de 2017, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito.

60. A pauta de comércio bilateral concentra-se em produtos primários, principalmente alimentícios. Apesar de o Brasil continuar sendo o principal fornecedor de açúcar-de-cana ao Egito, nossas exportações do produto tiveram queda de 59% em 2018 em relação a 2017. As exportações brasileiras de carne congelada, fresca ou refrigerada estiveram em primeiro lugar na pauta em 2018 (US\$509,53 milhões), mantendo-se estáveis, com leve queda de 1,8% em relação ao ano anterior. O Egito continua a representar o terceiro mercado para a carne bovina brasileira no mundo (cerca de 10% do total), depois de Hong Kong e China. Cabe recordar que, por ocasião da crise desencadeada pela operação "Carne fraca", da Polícia Federal, em 2017, o Egito foi um dos primeiros países a normalizar as importações do Brasil. Diante das informações prestadas de imediato pelo governo brasileiro, o lado egípcio elogiou a transparência com que o caso foi conduzido, o que seria demonstração adicional da seriedade da fiscalização e garantia da qualidade da carne brasileira.

61. Ao longo de 2018, nossas exportações de minério de ferro apresentaram importante crescimento de 74,3% (US\$ 443,78 milhões) e alcançaram o segundo lugar na pauta de exportações, com 21% do total. A exportação brasileira de tubos de ferro e aço cresceu cerca de 800% e compôs 5,8% da pauta geral. Outros produtos que tiveram crescimento expressivo foram bombas, compressores, ventiladores e partes, chassis com motor e carroçarias para veículos, motores e autopeças em geral.

62. As exportações egípcias para o Brasil, compostas fundamentalmente de fertilizantes (72% do total), que já haviam experimentado expressivo crescimento de 64,7% em 2017, voltaram a crescer 73,32% em 2018, totalizando US\$ 269,46 milhões. A redução do desequilíbrio do comércio, ainda que modesta, é bem-vinda. Os enormes superávits brasileiros (US\$1.864 bilhão em 2018) são motivo de constante queixa egípcia.

63. Em 1/9/2017, entrou em vigor o Acordo de Livre-Comércio (ALC) Mercosul-Egito, celebrado pelos países do bloco em 2010, e sua aplicação no Brasil deu-se com a promulgação de decreto em 6/12/2017. O acordo abrange aproximadamente 9.800 linhas e destina-se à abertura do mercado bilateral de bens, com a possibilidade de acordos futuros para acesso a serviços e investimentos. O cronograma de desgravação é composto por cinco categorias: A (desgravação imediata), B (quatro anos), C (oito anos), D (dez anos) e E (a ser definida oportunamente pelo Comitê Conjunto). Estima-se que, no prazo de dez anos, 99% da pauta comercial com o Egito será desgravada. Além da desgravação tarifária, outra vantagem advém da dispensa da legalização do certificado de origem por parte das repartições diplomáticas egípcias. Além dos custos incorridos pelos exportadores, as empresas costumavam queixar-se da demora do procedimento.

64. A carne de frango é um dos poucos produtos cujos efeitos do ALC é diminuto, uma vez que a facilitação tarifária fica restrita a cota anual de 1.000 toneladas, volume insignificante se comparado às 58 mil toneladas exportadas pelo Brasil em 2018. Outros itens da pauta de exportação, como carne bovina e bovinos vivos, milho, minério de ferro e soja, que estão na categoria A, já contavam com isenção tarifária antes da entrada em vigor do ALC. Sacarose e tabaco não-manufaturado, que corresponderam a US\$ 56,6 milhões em 2017, encontram-se na categoria E, cuja eventual desgravação depende de negociação no âmbito do Comitê Conjunto do Mercosul. Apesar disso, a exportação de fumo brasileiro ao Egito aumentou quase 300% em 2018. Em que pesem as facilidades proporcionadas pelo ALC, persistem preocupação do lado brasileiro, e de diversos

outros países, com tentativas do governo egípcio de impor restrições de acesso ao mercado. Legislação de controle de importações tem dificultado a concessão de licenças a empresas brasileiras nos setores de porcelanas, cosméticos e certos alimentos processados.

PRODUTOS DE DEFESA E AVIAÇÃO CIVIL

65. Nos anos 1980, o Brasil exportou diversos materiais de emprego militar para países do Oriente Médio, com destaque para a Embraer, que montou no Egito mais de uma centena de aeronaves de treinamento EMB-312 Tucano (T-27 na FAB), muitas das quais exportadas para outros países árabes. A Força Aérea Egípcia conta ainda com 52 aeronaves em bom estado de manutenção e é notório seu interesse em realizar modernização da frota, visando a ampliar suas capacidades para além do treinamento, transformando-as em aeronaves de reconhecimento e ataque leve, para a condução de operações de combate de baixa intensidade e controle de fronteira. Desde 2014 e durante minha presença no Cairo, foram realizadas inúmeras reuniões, em separado, entre representantes daquela força aérea e de empresas brasileiras como para definição de qual empresa realizará o serviço de modernização. O processo de escolha ainda não foi concluído.

66. Há empresas brasileiras de defesa com tradição de fornecimento ao Egito: o Grupo Inbra, que conta com representante residente no Cairo, CBC, Taurus, Condor, Cecil e Imbel. Durante a I Exposição Internacional da Indústria de Defesa & Segurança (EDEX), feira no setor de defesa do Egito, cuja primeira edição ocorreu em 12/2018, quatro empresas brasileiras de produtos de defesa estiveram presentes.

67. Outras empresas vêm mantendo entendimentos com as Forças Armadas egípcias: IMBEL, para aquisição de munições padrão; ATECH, do grupo Embraer, para apresentação de solução de sistemas integrados; ALTAVE, que desenvolve balões cativos como plataformas aeronáuticas; AVIBRAS, para o fornecimento de foguetes ar-terra de 70mm; EMGEPROM, vinculada ao MD por intermédio da Marinha do Brasil, para fornecimento de munições e tubos de canhão antiaéreo de 40mm; OMNISYS, empresa brasileira subsidiária do grupo francês Thales, com capacidade de fornecer soluções de alta tecnologia de radares; GN-11z, que está em entendimentos com a Organização Árabe para a Industrialização (AOI), empresa estatal egípcia, com quem estuda a possibilidade de desenvolver no Egito projeto de construção local de aeronave de uso militar.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EGITO

68. O maior investimento brasileiro no Egito concentra-se no setor cimenteiro, com ativos de mais de US\$ 500 milhões. Em 2012, a InterCement, empresa do Grupo Camargo Corrêa, adquiriu a Cimentos de Portugal (CIMPOR) e, com ela, 94% das ações da Amreyah Cement Company, empresa que detém cerca de 6% do mercado local. A Amreyah emprega cerca de 3.000 pessoas, conta com capacidade produtiva de 5 milhões de ton/ano e tem operado com alta lucratividade (retorno de 20% a.a. sobre o capital). A empresa tem boas perspectivas de atuação no mercado egípcio, tendo em conta o aquecimento da economia local, com planos de construção de novas cidades e melhoria de infraestrutura, além do alto consumo per capita de cimento.

69. Com o corte dos subsídios à energia no Egito e o consequente encarecimento do gás natural, sua única fonte de energia até 2015, a empresa fez investimentos da ordem de US\$ 100 milhões

para alterar sua matriz energética. Hoje, cerca de 50% de sua energia provêm da queima de resíduos sólidos (queima 5% do produzido em Alexandria) e o restante de uma mistura de carvão e coque. No contexto da possível expansão de suas operações no Egito, a empresa demonstrou interesse em participar das licitações de fornecimento de cimento para a construção da usina nuclear de El Dabaa, projeto executado em parceria com o governo russo.

70. O setor de transportes foi o primeiro a receber investimentos brasileiros no Egito. Em 2009, as empresas Marcopolo e Randon estabeleceram "joint ventures" com dois grandes grupos locais, respectivamente Ghabour e MWM. A Marcopolo vendeu parte de suas ações em 2017, diminuindo sua participação de 49% para 20%.

CANDIDATURAS

71. Brasil e Egito mantêm ótimo entendimento em organismos multilaterais, bem como tradição de apoios recíprocos a candidaturas. Nos últimos anos, o Egito prestou apoio a diversas candidaturas brasileiras, frequentemente mediante acordos de apoio recíproco. O Egito apoia o pleito brasileiro a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, mandato 2022-23, ao passo que o Brasil apoiou a candidatura egípcia ao mesmo órgão, para o mandato 2016-17. Nos últimos anos, o Egito apoiou as candidaturas do Brasil ao Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23; ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), mandato 2019-22; bem como as candidaturas brasileiras do professor Antônio Augusto Cansado Trindade a juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mandato 2018-2026; da senadora Mara Gabrilli ao Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-22; da conselheira Patrícia Côrtes à Comissão de Serviço Público Internacional (ICSC), mandato 2019-22; e do embaixador Silvio Albuquerque ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), mandato 2018-21, entre outras.

TEMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS

72. Durante o período em que estive no Cairo, poucas foram as atividades culturais que o posto pôde promover, seja por falta de pessoal, seja por escassez de recursos. Considero que o Egito, por ser um centro de irradiação de cultura do Mundo Árabe e maior produtor de audiovisual da região, poderia ser um importante espaço de atuação na promoção da cultura brasileira e do idioma português.

73. Há, no Egito, o único Departamento de Língua Portuguesa do Oriente Médio, na Universidade de Assuã, estabelecido em 2014, e cuja primeira turma de licenciados graduou-se em 2018. Não há, no entanto, leitor designado para o país. Destaco, nos anos que aqui estive, a participação da embaixada no Festival de Cinema Ibero-americano, promovido anualmente pelos países latino-americanos, Portugal e Espanha, e que já se transformou em evento tradicional de audiovisual no Cairo.

TEMAS CONSULARES

74. A comunidade brasileira no Egito conta hoje com 645 nacionais registrados junto ao setor consular da embaixada. Além dos nacionais residentes, o Egito recebe aproximadamente 15.000

turistas brasileiros e cerca de 300 brasileiros passam pelo país para estudos ou negócios anualmente. As tarefas consulares de rotina entre o início de 2015 e o fim de 2018 foram da monta de 3.605 atos notariais, 7.547 requerimentos de vistos e 456 passaportes emitidos.

75. Tentativas de imigração irregular são uma grande preocupação do setor, que recebe grande número de solicitações para visto de turismo de pessoas com renda ou situação incompatível com esse tipo de viagem. Outra estratégia amplamente utilizada na região, com vistas à imigração fraudulenta, são os casamentos por conveniência, que afetam significativo número de cidadãs brasileiras e seus pretendentes egípcios. Há também a modalidade de fraude de imigração que convencionou-se chamar de turismo maternidade, na qual casais de jovens egípcios solicitam visto de turismo a pretexto de viagem de lua de mel e entram no Brasil às vésperas do nascimento de seu filho para que a criança adquira nacionalidade brasileira. O setor consular de embaixada tem feito escrutínio cada vez mais rigoroso para a concessão de vistos nesses casos.

76. Uma das principais pautas do setor consular, no momento, refere-se aos onze cidadãos brasileiros (três mulheres e oito homens) que se encontram detidos no país, acusados ou condenados por tráfico internacional de drogas, crime passível de condenação à pena capital neste país. Os brasileiros detidos, no período entre 10/2014 e 09/2018, são jovens de baixa escolaridade e sem histórico de envolvimento com organizações criminosas no Brasil. Até o momento, dentre os dez já julgados, nove foram condenados à prisão perpétua (pena que no Egito equivale a 20 a 25 anos de prisão) e a multas e indenizações que oscilam entre cerca de US\$ 5 mil a US\$ 250 mil; uma nacional foi inocentada e deverá retornar ao Brasil. Um nacional ainda aguarda julgamento. Em quase todos os casos em que os réus foram condenados, foi feita a apelação e o processo seguiu para a Corte de Cassação. Três dos detentos optaram por não apelar com vistas a acelerar o processo de pedido de transferência para o Brasil. A Procuradoria-Geral egípcia, no entanto, condiciona a apreciação dos pedidos ao pagamento das multas e indenizações.

RELAÇÕES COM A LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

77. As relações entre o Brasil e a Liga dos Estados Árabes (LEA), organização intergovernamental árabe com sede no Cairo, foram marcadas pela intensificação de contatos políticos e vínculos institucionais nos últimos anos. A delegação permanente da LEA no Brasil foi aberta em 1956 e teve seu status diplomático reconhecido em 1975. O Brasil está representado em 17 dos 22 países árabes. Em 2018, o intercâmbio comercial do Brasil com os países árabes elevou-se a US\$ 19 bilhões, com saldo positivo de US\$ 3,8 bilhões para o Brasil, num comércio em que o país já foi deficitário, principalmente devido às importações de petróleo. Desde 1/2/2019, está reativado na Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado David Soares (DEM/SP), o Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, estabelecido em 2008.

78. Desde 2014, por decisão do Conselho da LEA, o embaixador do Brasil no Cairo é acreditado como representante do Brasil junto à organização. Em 2015, foi assinado, à margem da AGNU, memorando de entendimento (MdE) sobre consultas políticas entre o Brasil e a LEA. A primeira reunião de consultas políticas teve lugar em Brasília, em 04/2016, ocasião na qual foram repassados temas da agenda regional e aventadas iniciativas de cooperação nos campos acadêmico, parlamentar e comercial, com a elaboração de minuta de plano de ação com sugestões de atividade concretas a serem implementadas. Na segunda reunião de consultas políticas, realizada no Cairo,

em 04/2018, além da discussão sobre temas regionais de interesse mútuo, foi abordada a implementação do MdE de 2015, com foco nas seguintes iniciativas: (1) cooperação na área de gestão de crises, e (2) intercâmbio entre diplomatas brasileiros e funcionários da LEA.

79. A intensificação das relações do Brasil com a LEA e com seus países membros foi fortemente estimulada pela criação do mecanismo de cooperação inter-regional América do Sul-Países Árabes (ASPA) e a realização de quatro reuniões de cúpula (Brasília em 2005, Doha em 2009, Lima em 2012 e Riade em 2015). Brasil e LEA atuam como coordenadores regionais do mecanismo ASPA.

80. A 5ª cúpula de chefes de Estado e de Governo estava prevista para realizar-se na Venezuela, originalmente em 2018. Diante da impossibilidade de realização da cúpula na Venezuela, a LEA manifestou, em diversas ocasiões ao longo de 2017 e 2018, o desejo de que a parte sul-americana convocasse reunião de chanceleres à margem da AGNU para encontrar solução para o impasse, o que, ao final, não se concretizou.

81. A virtual paralisação do mecanismo ASPA, com diversas reuniões ministeriais e técnicas pendentes (entre as quais III Reunião dos Ministros da Economia e a II Reunião dos Ministros do Meio Ambiente), desde que a Venezuela assumiu o compromisso de organizar a cúpula e a agenda de reuniões ministeriais, tem gerado apreensão na LEA, que, conforme já demonstrou em diversas ocasiões, deseja a manutenção de um foro de diálogo e cooperação entre as duas regiões.

82. A LEA tem envidado esforços para evitar que países sigam o exemplo dos EUA e da Guatemala de transferir suas embaixadas para Jerusalém. Em 18/12/2018, o Conselho da LEA reuniu-se em sessão extraordinária para discutir os desdobramentos da questão palestina e aprovou a resolução nr. 8338, pela qual conclamou o Brasil a “não adotar posições que prejudiquem o status jurídico de Jerusalém, com vistas a preservar os laços de amizade e as relações com os estados árabes” e determinou o envio de missiva, no mais alto nível, e delegação ao Brasil com o objetivo de transmitir as posições da LEA respeito.

83. Na 30ª reunião de Cúpula da LEA (Túnis, 31/3), foi aprovada resolução que (1) condena a transferência da embaixada da Guatemala para a Jerusalém e a decisão da Hungria de abrir escritório de representação comercial, como seção diplomática de sua missão em Tel Aviv; (2) reitera a intenção dos estados árabes de tomar as medidas políticas e econômicas apropriadas contra tais “decisões ilegais e quaisquer outras semelhantes”; e (3) rechaça a decisão australiana de reconhecer Jerusalém Ocidental como capital de Israel, instando o governo australiano a revogá-la.

84. Durante 151ª sessão ordinária do Conselho (6/3/2019) e a 30ª reunião de Cúpula Árabe em Túnis (31/3/2019), foram aprovadas resoluções, com menções ao Brasil, reiterando o pedido de que o país “não adote posições que prejudiquem o status jurídico de Jerusalém, com vistas a preservar os laços de amizade e as relações com os estados árabes”.

85. Em 4/4/2019, o Secretariado-Geral da LEA emitiu nota à imprensa, pela qual manifesta preocupação com a decisão brasileira de estabelecer escritório em Jerusalém para a promoção do comércio, investimento tecnologia e inovação, e na qual o SG Aboul Gheit limitou-se a considerá-la “passo na direção errada, que não contribui para o desenvolvimento das relações árabe-brasileiras”.

O tom brando da nota contrasta com outras, como a divulgada em 26/3/2019, pela qual Aboul Gheit “rechaçou e repudiou” a intenção, declarada pelo presidente de Honduras e pela primeira-ministra da Romênia, de transferir as embaixadas de seus países para Jerusalém, ou com a de 15/12/2018, relativa à decisão do governo australiano de reconhecer Jerusalém Ocidental como capital de Israel. Com relação a esta última, o SG Aboul Gheit afirmou que a decisão “causa consternação, ao desrespeitar tanto o direito internacional quanto os legítimos direitos dos palestinos”.

86. O Parlamento Árabe, com sede provisória no Cairo, também trabalha no mesmo sentido. O presidente da instituição, Dr. Mishal Al-Sulami, manifestou interesse em enviar missão parlamentar de alto nível ao Brasil para discutir o assunto.
